



Base Nacional Comum Curricular	Natureza						
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	01	01	01	01
	Total – BNCC		20	20	20	20	20
Parte Diversificada – Oficinas de Enriquecimento Curricular	Leitura e Produção de Textos		03	03	03	03	03
	Jogos Matemáticos		02	02	02	02	02
	Expressões artísticas: plástica, cênica e musical		02	02	02	02	02
	Empreendedorismo		02	02	02	02	02
	Agroecologia		02	02	02	02	02
	Jogos/Esporte e Recreação		02	02	02	02	02
	Xadrez		02	02	02	02	02
	Total – Parte Diversificada		15	15	15	15	15
Carga Horária Semanal Mínima			35	35	35	35	35

Data: / /

Cons^a. Gilvana Ferreira Santos Custódio
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO COMDICA Nº 011-2025

Resolução Nº 011/2025 que dispõe sobre aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias Plenárias e das Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Exercício de 2026, do município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do Município de Vitória da Conquista, Órgão Autônomo de caráter permanente de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil Organizada, instituído pela Lei Municipal nº. 607/91, alterada pelas Leis n.º 792/95, 967/99, 1.328/2006 e 1.719/2010 de acordo com as atribuições legais, **Considerando:**

A Lei Federal Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

A Lei Municipal Nº 1.328/2006;

Sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Vitória da Conquista.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Calendário Anual das reuniões Ordinárias Plenárias e das Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Exercício de 2026, do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, conforme anexo I.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em



2024/2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do Município de Vitória da Conquista, Órgão Autônomo de caráter permanente de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil Organizada, instituído pela Lei Municipal nº 607/91, alterada pelas Leis nºs 792/95, 967/99, 1.328/2006 e 1.719/2010 de acordo com as atribuições legais, **Considerando:**

A Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

A Lei Municipal nº 1.328/2006;

Resolução CONANDA nº 231, de 28 de Dezembro de 2022;

Sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Vitória da Conquista;

Considerando as disposições previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Resolução nº 231/2022, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que definem de forma nítida a regulamentação de quem poderá se candidatar a conselheiro(a) tutelar;

Considerando a Lei Municipal nº 2.905/2024, que estabelece a estrutura e o funcionamento dos Conselhos Tutelares de Vitória da Conquista – BA e dá outras providências, e, em especial, o §12, do art. 32, ao dispor que caso haja necessidade de processo de escolha complementar nos últimos dois anos de mandato, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) realizá-lo de forma indireta, tendo os Conselheiros de Direitos como colégio eleitoral, facultada a redução de prazos e observadas as demais disposições referentes ao processo de escolha;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor a Comissão do Processo de Escolha Suplementar, observando a paridade entre os representantes do Governo e da Sociedade Civil.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I - Elaine Cristina Fontes Melo - Representante não governamental do COMDICA;

II - Edileide Santos Freitas - Representante não governamental do COMDICA;

III - Jerry Lavelle Oliveira Lima - Representante governamental do COMDICA;

IV - Vansessa Dias Pacheco - Representante governamental do COMDICA;

Art. 3º Caberá à Comissão do Processo de Escolha Suplementar:

I - Coordenar todo o processo de escolha complementar adotando as providências necessárias para o bom desenvolvimento do processo;

II - Elaborar e divulgar os editais e resoluções necessárias à regulamentação de todo processo de escolha complementar;

III - Decidir sobre os requerimentos, impugnações e recursos que eventualmente surjam no transcorrer do processo, assim como outras questões incidentes;

IV - Exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a conduta irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito a o contraditório e à ampla defesa, e, a o final, considerados os motivos, as circunstâncias, consequências e reiteraões da conduta ilícita poderá



contrário.

Vitória da Conquista, Bahia, 17 de dezembro de 2025.

Elaine Cristina Fontes Melo
Presidente do COMDICA

Anexo I - Resolução COMDICA nº 011/2025- Calendário Reuniões 2026

Mês	Reunião	Dia	Horário
Fevereiro	Comissão	11	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	25	
Março	Comissão	11	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	25	
Abril	Comissão	08	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	22	
Maio	Comissão	13	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	27	
Junho	Comissão	10	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	25	
Julho	Comissão	08	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	22	
Agosto	Comissão	12	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	26	
Setembro	Comissão	09	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	23	
Outubro	Comissão	14	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	28	
Novembro	Comissão	11	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	25	
Dezembro	Comissão	02	08:30h 1ª convocatória
	Plenária	16	

RESOLUÇÃO COMDICA Nº 012-2025

Resolução Nº 012/2024 que dispõe sobre a criação e funcionamento da Comissão do Processo de Escolha Suplementar para convocação de conselheiro(a) tutelar suplente para o quadriênio

dom.pmvc.ba.gov.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



aplicar as sanções pertinentes;

V - Promover debates, reuniões, formações e palestras junto à comunidade em geral com o objetivo de fortalecer a participação popular e dar transparência ao processo de escolha suplementar;

VI - Decidir sobre os pontos omissos ao edital, zelando pela legalidade, impessoalidade e transparência de todo o processo;

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista, 17 de dezembro de 2025.

Elaine Cristina Fontes Melo
Presidente do COMDICA

TERMO DE APOSTILAMENTO

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 101/2024 **SMS**

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 101/2024 SMS, decorrente do Processo Administrativo nº 168413/2025, que entre si celebram o Município de Vitória da Conquista - BA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF nº 34.308.797/0001-00, e a SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF nº 07.432.517/0001-07. INÍCIO: 01/12/2025 TÉRMINO: 31/08/2026 ASSINATURA: 01/12/2025 VALOR TOTAL: R\$ 19.125,80 (dezenove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos) OBJETO: ACRÉSCIMO DE VALOR, dar continuidade a prestação de serviço de locação de impressoras multifuncionais para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde - SMS. RECURSO: REPASSE DO TESOURO MUNICIPAL ATIVIDADE: 2201 FR: 500 e 501 ELEMENTO: 33.90.39.00 SUB: 02000.

FERNANDA OLIVEIRA MARON
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA

PORTARIA Nº 277/2025

Designa a servidora TAINÁ ALVES DE OLIVEIRA PEIXOTO para desempenhar, no âmbito da Coordenação da Proteção Social Especial, a função de fiscal do contrato nº 085-28/2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 81, incisos II e III, da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 20.706, de 04 de janeiro de 2021, expedido pela chefe do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO que o *caput* do art. 67 da Lei 8.666/93 determina que a Administração deverá designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos;